

Breque dos apps: mobilização digital e precarização do trabalho em plataformas¹

Soraia Herrador Costa Lima ²

Resumo expandido Painel Temático

Este resumo expandido analisa a segunda edição do Breque dos Apps, mobilização de entregadores e trabalhadores de plataformas de entrega no Brasil, contextualizada à luz do primeiro Breque, ocorrido em 2020, no auge da pandemia de COVID-19. Naquele período, a expansão acelerada do trabalho mediado por aplicativos — e sua capilaridade social durante medidas de distanciamento físico — expôs com nitidez a assimetria entre a escala das plataformas e a proteção social oferecida aos trabalhadores (SRNICEK, 2017; ZUBOFF, 2019; ANTUNES, 2020). Em 2025, a rearticulação do movimento, reiterada sob a rubrica de um segundo Breque, evidencia a permanência de dilemas estruturais do capitalismo de plataforma e da vigilância, como a gestão algorítmica do trabalho, a transferência de riscos e custos para o trabalhador e a fragilização de vínculos laborais (ABÍLIO, 2021). Partimos do pressuposto de que a disputa por sentidos — sobre direitos, reconhecimento e dignidade no trabalho — é também comunicacional, materializando-se nas mediações e nas lógicas de visibilidade das redes sociotécnicas (CASTELLS, 2012; GERBAUDO, 2017).

O objetivo é descrever e interpretar, com base em dados de *social listening* (coletados por meio da ferramenta YouScan), as dinâmicas de circulação, os enquadramentos discursivos e os picos de atenção pública em torno do Breque dos Apps em 2025. O corpus (que compreendeu o período de 01 de janeiro de 2025 a 15 de outubro de 2025) soma 11.612 menções, distribuídas em diferentes formatos e plataformas digitais, a saber: Facebook, X, Instagram, TikTok, Bluesky, Threads. O

¹ Trabalho apresentado no Eixo Temático 15 – Precarização da vida e do trabalho no capitalismo de plataforma e de vigilância do XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero - FCL, realizado nos dias 11 a 13 de novembro de 2025.

² Doutora em Ciência da Informação pela ECA-USP. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Bacharel em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Professora na ESPM e USP-ESALQ. E-mail: soraia.lima@espm.br

recorte busca compreender tendências de engajamento, variações de sentimento e os principais atores que amplificaram a pauta.

Para esta análise, optou-se por uma metodologia de análise mista (quantitativa e qualitativa) de dados secundários captados por *social listening*. Entre as variáveis consideradas estavam data/hora, tipo de postagem, tipos de conteúdo e formato da fonte, além de rótulos automatizados de sentimento. As estatísticas descritivas foram produzidas por agregações diárias e por categorias. Picos (*spikes*) foram definidos como dias com menções acima de dois desvios-padrão da média. No período, observou-se a seguinte distribuição geral de sentimento: Neutro: 7.808 (67.24%). Negativo: 3.220 (27.73%). Positivo: 584 (5.03%). Cabe salientar que classificações automatizadas de sentimento dependem de contexto e são interpretadas como indicadores de tendência (ZUBOFF, 2019).

Dentro deste contexto, foram apreendidos alguns resultados, os quais são descritos a seguir. A análise por formatos/fonte indica a predominância de ambientes sociotécnicos de alta velocidade de circulação, em que vídeos curtos, postagens de redes sociais e agregadores de conteúdo desempenham papel central na difusão de quadros interpretativos sobre condições de trabalho, remuneração, segurança e políticas de bloqueio/desativação de contas. A categoria “tipo de postagem” evidencia a distribuição do debate entre publicações originais, compartilhamentos e comentários, sugerindo ecologia comunicacional em que poucos nós de alta centralidade estimulam cascatas de reverberação (CASTELLS, 2012).

No recorte qualitativo, os principais temas foram: direitos trabalhistas, segurança nas entregas, bloqueio injusto de contas e a relação entre preço da corrida e custo de vida. A análise qualitativa também revelou subtemas recorrentes, que, embora minoritários em volume, expressam dimensões políticas e afetivas relevantes da experiência dos trabalhadores. Aproximadamente 21% abordaram o episódio do vale-refeição de R\$20 proposto por representantes da esquerda e rejeitado por deputados conservadores, o que aprofundou o ceticismo político entre os entregadores em relação ao bolsonarismo e às promessas de representação parlamentar. Esse tipo de reação sugere um deslocamento simbólico de parte da base para uma posição de crítica transversal ao Estado e às elites políticas, ecoando a “politização da precariedade” (ABÍLIO, 2021). Outros 17% referem-se a crimes violentos — como roubos de

motocicletas, assaltos a entregadores e restrições de acesso a condomínios —, que aparecem como fatores cotidianos de vulnerabilidade; esse imaginário de risco reforça o diagnóstico de precarização ampliada, não apenas econômica, mas também espacial e securitária (OLIVEIRA; LIMA, 2022). Por fim, cerca de 13% destacam a solidariedade e a disposição para mobilização coletiva, sinalizando um ethos de ação direta e de construção de laços comunitários, em linha com “repertórios insurgentes digitais” (WOODCOCK; GRAHAM, 2021).

Complementarmente, a análise das menções entre março e maio de 2025 revelou a centralidade da greve nacional dos entregadores, ocorrida entre 31 de março e 1º de abril, representando cerca de 58% do total de menções. As mobilizações tiveram continuidade com planos para uma ação trabalhista geral em 1º e 2 de maio, configurando um ciclo de paralisações articuladas e interconectadas. Esse conjunto de eventos caracteriza o que Fontes (2023) chama de “nova morfologia da resistência”, marcada pela convergência entre reivindicações econômicas e reconhecimento simbólico.

A greve dos entregadores coincidiu com movimentos de professores e motoristas de serviços públicos, compondo uma onda mais ampla de articulação trabalhista em múltiplos setores, com aproximadamente 44% das menções vinculadas a esse contexto. Esse dado corrobora análises sobre a reemergência de um sindicalismo digitalizado e policêntrico (DE STEFANO, 2022), que ultrapassa categorias formais e estabelece solidariedades intersetoriais.

As plataformas iFood, Uber Flash e 99 Entrega foram citadas como principais alvos, respondendo a 22% das menções coletadas. Em comunicado, o iFood afirmou “respeitar o direito de protesto” e estar “avaliando ajustes para 2025”³, sem, contudo, apresentar prazos ou valores. Essa ambiguidade corporativa se insere no padrão identificado por Graham e Woodcock (2020), em que o discurso de diálogo é acompanhado pela manutenção de práticas de poder assimétricas e pela ausência de negociação coletiva efetiva.

Entre os desdobramentos mais controversos, 11% das menções abordaram a nova lei do estado de São Paulo que exige um chip de identificação em mochilas de entrega, medida justificada como combate a crimes, mas criticada por entregadores por violar a privacidade e aumentar riscos de

³ Comunicado oficial do iFood. Disponível em: < <https://institucional.ifood.com.br/entregadores/ifood-paralisacao-entregadores-2> >. Acesso em: 10.10.2025.

furto e criminalização indevida. Essa política ilustra, segundo Zuboff (2020), a tendência de transformar mecanismos de controle em formas de vigilância institucionalizada.

A resposta governamental foi tímida: apenas 3% das menções mencionaram qualquer forma de mediação institucional. As políticas públicas se concentraram em aspectos securitários, como a lei dos chips, deixando de lado discussões estruturais sobre remuneração e vínculos empregatícios. Essa ausência reforça o diagnóstico de descompasso entre as dinâmicas emergentes do trabalho digital e a capacidade regulatória do Estado (DE STEFANO, 2022; FONTES, 2023).

Em comparação com 2020, quando o Breque emergiu em um cenário de crise sanitária, o Breque de 2025 sinaliza maior maturidade organizativa e discursiva. A pauta da precarização aparece mais articulada à regulação, à transparência algorítmica e ao direito à informação sobre critérios de distribuição de chamadas e desativação de contas. Essa mudança dialoga com o debate sobre o capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017) e a acumulação por dados/vigilância (ZUBOFF, 2019), que reposiciona o trabalhador como fonte de extração de valor não apenas por sua força de trabalho, mas por traços comportamentais monitorados e precificados em tempo real. Dessa forma, percebe-se que o Breque dos Apps em 2025 reforça a centralidade da comunicação na disputa de sentidos sobre trabalho e direitos no ambiente digital. As métricas de *social listening* sugerem que, embora a atenção oscile, a pauta permanece recorrente e conectada a eventos contextuais (políticas públicas, decisões judiciais, incidentes envolvendo segurança e renda). Propõe-se uma agenda de pesquisa que una métricas sociotécnicas e análise qualitativa de enquadramentos, capaz de iluminar a experiência do trabalho mediado por algoritmos e os mecanismos de precarização e vigilância associados. Do ponto de vista aplicado, recomenda-se que pesquisadores e formuladores de políticas considerem *social listening* como insumo para diagnóstico contínuo, com atenção a vieses e limites de mensuração.

Palavras-chave

Trabalho de plataforma; greves digitais; precarização algorítmica.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização, trabalho e classe no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2021.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GERBAUDO, Paolo. Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism. London: Pluto Press, 2017.

OLIVEIRA, Tiago; LIMA, Fábio. Violência e trabalho em trânsito: os entregadores e o risco urbano nas metrópoles brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.24, n.2, 2022.

SRNICEK, Nick. Platform Capitalism. Cambridge: Polity Press, 2017.

VILELA, Rafael. Entregadores de tudo: a luta dos trabalhadores de aplicativo no Brasil. São Paulo: Elefante, 2023.

WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. The Gig Economy: A Critical Introduction. Cambridge: Polity Press, 2021.

YOUSCAN. Relatório de menções – Breque dos Apps (01/01/2025–15/10/2025). Exportação em planilha Excel, 2025.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

DE STEFANO, Valerio. Negotiating the Algorithm: Collective Bargaining and Digital Labor. Geneva: ILO, 2022.

FONTES, Virgínia. Trabalho digital e novas dependências. São Paulo: Boitempo, 2023.

GRAHAM, Mark; WOODCOCK, Jamie. Towards a Fairer Platform Economy. Oxford Internet Institute, 2020.



XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Faculdade Cáspér Líbero. De 11 a 13 de novembro de 2025.

